

**27 de MAIO de 2014**

## MINISTRO / SECRETARIA-GERAL

O Estado de S.Paulo – 26/5

Governo institui Política de Participação Social

Para ampliar a interação do governo com a sociedade civil, a presidente Dilma Rousseff assinou nesta segunda-feira decreto publicado no Diário Oficial que institui a **Política Nacional de Participação Social - PNPS**, que tem o objetivo de "fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil".

Embora estivesse em processo de elaboração desde 2011, "sem dúvida", de acordo com interlocutores da presidente Dilma, a edição desta política foi acelerada após as manifestações de junho do ano passado. Depois dos protestos, ainda no ano passado, Dilma fez nove reuniões com movimentos sociais e já promoveu outras quatro em 2014. Na ocasião, a avaliação no Planalto era de que os protestos ganharam força porque o governo se distanciara dos movimentos sociais.

Na sexta-feira, em discurso, Dilma defendeu a necessidade da participação da sociedade civil em todos os processos de decisão. "Eu queria dizer para vocês que celebrar o diálogo e a participação social significa para mim celebrar a democracia e há algumas questões que exigem a participação social para ocorrer", comentou, se referindo à reforma política. "Não haverá reforma política se não tiver nesse processo participação social. Não haverá", assegurou ela.

Para o **diretor de Participação Social da Secretaria Geral, Pedro Pontual**, um dos "legados importantes que o governo Dilma vai deixar é a institucionalização dos instrumentos de participação, transformando-o em método de governo", afirmou, lembrando que a implantação deste processo está previsto na Constituição de 1988, mas que em 2003 isso foi intensificado, com a criação das conselhos. Segundo o diretor de Participação Social, o que o governo quer, com este processo, é que "todos os órgãos passam a ser obrigados a usar a participação social para a execução das suas políticas".

Para **Pontual,** "longe de tirar poder do Legislativo, a criação desta Política de Participação acrescenta porque ela é complementar". Questionado se não poderia significar que o governo quer exercer democracia direta por decreto, **Pontual** disse que não. "É a institucionalização de mecanismos de participação da sociedade por meio, por exemplo dos inúmeros conselhos", disse ele. "Não se trata de implantar democracia direta, esvaziando instituições. É uma relação de complementaridade, que permite que as políticas públicas saiam mais aperfeiçoadas", declarou ele, citando que as propostas acabam indo para o Congresso para serem aprovadas pelo parlamentares, como aconteceu, recentemente, com a Regulamentação do Marco Civil ou o **Marco Regulatório das Organizações Não Governamentais**.

Apesar em seu artigo 3º, inciso VII, dizer que entre uma das diretrizes da Política Nacional de Participação Social, é "a ampliação dos mecanismos de controle social", o **diretor de Participação Social da Secretaria Geral, Pedro Pontual**, justificou. "Parece que se está falando em controle do Estado sobre a sociedade, mas é exatamente ao contrário. Trata-se de um refinamento do processo de participação social", justificou, acrescentando que "a participação social não é só dar ideias, é monitorar, avaliar a implementação da política e prestar contas". Ele exemplificou como este processo se dá citando o programa Brasil sem miséria, que afirmou ter sido elaborado com sugestões da sociedade, que hoje o governo presta conta deles à sociedade e a população ainda dá o retorno de como o programa está chegando na ponta.

Zero Hora

Brasília :: Carolina Bahia

Copa e São João

Às vésperas do recesso branco do Congresso, o governo quer reverter a tendência de votação dos projetos do pacote de bondades, com alto impacto nas contas públicas. Já passou no Senado o piso dos agentes de saúde e na CCJ da Câmara o drible no teto do funcionalismo, que poderá beneficiar juízes e integrantes do Ministério Público. Em troca, o Planalto quer colocar na roda propostas de impacto na sociedade e junto a importantes nichos eleitorais, como o projeto de lei que permite a criação de novos municípios e o **Marco Regulatório das Ongs**. No primeiro caso, a proposta prevê limitadores para o surgimento de novas cidades, mas contempla os interesses do Norte e do Nordeste. Em clima de Copa e de festas juninas, essa é praticamente a última semana de esforços.

O anúncio da MP sobre mudança nas regras do emplacamento de tratores e colheitadeiras, feita ontem no Plano Safra da Agricultura Familiar, provocou mal-estar com o Ministério da Agricultura. A equipe do ministro Neri Geller vinha negociando com a Frente Parlamentar da Agropecuária, mas foi surpreendida.

Deputados do PT e do PTB não querem ouvir falar em negociar com o PC do B o apoio à candidatura de Manuela D"Àvila à prefeitura de Porto Alegre, em troca da vaga ao Senado. Quando questionados sobre a troca de Emília Fernandes por Olívio Dutra, o discurso é de respeito total ao partido aliado, mas 2014 e 2016 não estão no mesmo balaio.

Com a previsão de ida de Eduardo Campos ao Estado em 4 de junho, PMDB e PSB cobram do PSD uma definição sobre o apoio a José Ivo Sartori na corrida ao Piratini. Presidente estadual do PSD, José Paulo Cairoli valoriza o passe e posterga a decisão.

## MANIFESTAÇÕES/PROTESTOS

Folha de S.Paulo

Ônibus da seleção é alvo de manifestação de professores

COPA

Parreira minimiza protesto e diz que equipe será motivo de orgulho

DOS ENVIADOS ESPECIAIS AO RIO E A TERESÓPOLIS

O primeiro dia da seleção em sua preparação para a Copa foi marcado por protestos.

Pela manhã, na reunião dos jogadores em um hotel no Rio, cerca de 200 manifestantes, a maioria professores em greve, vaiaram e xingaram os atletas do Brasil.

Assim que a seleção deixou o local, um grupo furou o cerco, bateu na lataria do ônibus dos jogadores e colou adesivos a favor das greves.

"Pode acreditar, educador vale mais do que o Neymar", gritavam os manifestantes.

Somente três pessoas --um casal com o filho-- estavam na porta do hotel para apoiar.

À tarde, um grupo também organizado pelo sindicato dos Profissionais de Educação do Rio, mas em menor número --cerca de 30 pessoas-- furou a barreira policial, já em Teresópolis, e bloqueou por cerca de 30 minutos a entrada da Granja Comary, condomínio onde está o centro de treinamento da CBF.

Depois, houve acordo com a polícia para que uma faixa fosse liberada para os carros.

A CBF minimizou os protestos e informou que, no trajeto de 90 km do Rio a Teresópolis, o ônibus da seleção foi saudado pelas pessoas.

"Cada um interpreta e vê da maneira como interessar [protestos]. Tenho certeza que a seleção será motivo de orgulho e será apoiada", disse o coordenador técnico Parreira, à tarde, dentro do CT.

Para a viagem, a CBF optou por utilizar um ônibus de uma companhia particular, e o não seu estilizado com logomarca, justamente para evitar chamar a atenção --o que não adiantou.

O Estado de S.Paulo

Frente convoca sem-terra para marcha durante a Copa

JOSÉ MARIA TOMAZELA - Agência Estado

A Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), integrada por movimentos sociais de luta pela terra, organiza uma marcha de 430 quilômetros durante a Copa, no Estado de São Paulo, para defender a reforma agrária. De acordo com José Rainha Júnior, líder do MST da Base e articulador da frente, a marcha será um protesto contra os gastos com a Copa e o descaso com os trabalhadores rurais. Ele espera reunir 1,5 mil manifestantes.

A caravana sairá de Assis, sudoeste paulista, no dia 8 de junho, e deve chegar à capital no final do mês ou início de julho. A marcha terá apoio da Confederação Nacional dos Agricultores e Empreendedores Familiares (Conafer). "A iniciativa é totalmente necessária para que possamos, através deste sacrifício, externar à sociedade o descaso que a reforma agrária e a agricultura familiar vêm sofrendo por parte deste governo", disse.

Segundo ele, é contraditório aplicar bilhões de reais na promoção de um evento de âmbito mundial, e não se atentar para a realidade de milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza no campo. "Deixamos claro que não somos contra a realização da Copa, pois também gostamos de futebol como todo bom brasileiro, mas é preciso ver também a situação do povo camponês, e isso não é feito", disse. Em São Paulo, serão realizadas atividades e protestos que ainda estão sendo definidos.

## SINDICATOS/GREVES/TRABALHADORES

Folha de S.Paulo

Funcionários do IBGE fazem greve em 14 Estados

Presidente do órgão diz que movimento é político; não há informação sobre impacto nas pesquisas previstas

PEDRO SOARES DO RIO

Servidores do IBGE iniciaram nesta segunda (26) paralisação parcial em 17 unidades, em 14 das 27 unidades federativas do país (o IBGE tem escritórios em todas).

Não há informações sobre o impacto na greve na condução e na divulgação de pesquisas feitas pelo órgão, já que nem grevistas nem direção fazem estimativas de adesão.

Dentre as unidades paradas está a Diretoria de Pesquisa, uma das cinco unidades localizadas no Rio, responsável pela coordenação, pela gerência e pela análise dos dados de todas as pesquisas.

Dependendo da adesão, podem ser afetadas a coleta (que é feita pelas unidades estaduais) e a divulgação das pesquisas de emprego, inflação, indústria e PIB.

A presidente do IBGE, Wasmália Bivar, disse que a divulgação do PIB do primeiro trimestre, programada para esta sexta, está assegurada e que trabalhará para manter o calendário das demais.

Para a presidente do IBGE, o movimento é "político", ao pedir a sua saída --uma das reivindicações do sindicato. Tal bandeira, diz, inviabiliza a negociação com a atual diretoria do IBGE.

A reivindicação principal do sindicato, que diz não ser filiado a centrais sindicais, é a equiparação de salários com órgãos como Ipea e BC.

No nível médio, o salário-base do IBGE é R$ 3.160. O sindicato afirma que, no Ipea, a remuneração no mesmo nível é 69% maior, considerando salário-base inicial, sem gratificações por qualificação ou tempo de serviço.

Já nos cargos de nível superior, o salário-base é R$ 4.145,23, e o sindicato calcula que, no Ipea, a remuneração seja 69% superior. Nessa categoria, o salário pode chegar a R$ 8.949,03 (doutorado), sem contar adicionais por cargo ou tempo.

A presidente do IBGE diz defender no Ministério do Planejamento tanto a equiparação salarial quanto a reposição do número de funcionários do órgão.

Bivar disse ainda que a pasta afirma não haver possibilidade de aumentos agora e que a orientação foi a de cortar o ponto de grevistas.

Folha de S.Paulo

Em SP, funcionários do Metrô ameaçam fazer greve no dia 3

Estatal ofereceu reajuste salarial de 5,2%, rejeitado pela categoria, que reivindica um aumento de "dois dígitos"

Companhia diz estar aberta a negociação; possível paralisação de 24 horas será tema de assembleia nesta terça

DE SÃO PAULO

Os metroviários de São Paulo afirmaram nesta segunda-feira (26) que vão propor greve a partir do dia 3 de junho, a nove dias da Copa do Mundo, se não receberem reajuste salarial de ao menos "dois dígitos" do Estado.

A favor da possibilidade de greve pesam o fato de o governo nunca ter dado aumento acima de 10% à categoria e a condição financeira do Metrô, que teve prejuízo de R$ 76,4 milhões em 2013.

A proposta da companhia, de 5,2%, foi rejeitada pelo sindicato, que representa cerca de 9.800 funcionários.

Nesta terça (27), uma assembleia no sindicato decidirá sobre a possibilidade de paralisação de 24 horas, greve por tempo indeterminado ou manifestações surpresa.

A categoria espera outra proposta da gestão Geraldo Alckmin (PSDB) --o Metrô diz estar aberto a negociação.

A exigência de dois dígitos se baseia no reajuste obtido pelos motoristas de ônibus (10%). Oficialmente a categoria pede 35,47%, referentes a reposição da inflação mais um aumento real de 25,5%.

O sindicato sinalizou ainda que não respeitará se a Justiça, em primeira instância, proibir a greve. O Metrô costuma ir aos tribunais para manter o maior número de metroviários trabalhando, sob o argumento, previsto na legislação, de se tratar de serviço essencial à população.

Altino Prazeres Júnior, presidente do sindicato, disse que considerou sua intimação para depor sobre a greve de ônibus da semana passada como uma tentativa de "intimidação" da polícia.

A Secretaria da Segurança afirmou que a investigação é de interesse público e que o sindicalista não reclamou ao ser ouvido pela polícia.

ACORDO

Ontem, em audiência na Justiça, o núcleo de conciliação do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) sugeriu acordo com reajuste de 9,5%, que os advogados das duas partes ficaram de analisar.

Foi pedido que os funcionários do Metrô aceitem "cláusula de paz", ou seja, que não realizem paralisações enquanto as reuniões não sejam encerradas.

A categoria irá decidir sobre o assunto na assembleia.

Folha de S.Paulo

O que vem pela frente

SÃO PAULO

> Agentes da CET prometem paralisação parcial durante todo o dia, o que pode complicar o trânsito

> 14h: professores da rede municipal fazem assembleia no vão livre do Masp

> 18h30: metroviários fazem assembleia em que podem decretar paralisação no próximo dia 3

RIO DE JANEIRO

> 14h: dissidentes do sindicato de motoristas e cobradores decidem se iniciam nova greve de ônibus

BRASÍLIA

> 16h: sem-teto e grupo contrário à Copa no Brasil fazem protesto que parte da Rodoviária do Plano Piloto até o estádio Mané Garrincha

Brasil Econômico

Estatísticas : IBGE entra em greve

Os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciaram ontem uma greve nacional, "em defesa da democracia interna e valorização do seu corpo funcional", segundo o sindicato do funcionários do instituto. Apesar da paralisação, está mantida a divulgação de três índices que já estava no calendário de publicação , entre eles, o Produto Interno Bruto (PIB), que sai na sexta-feira.

Brasil Econômico

Ponto Final :: Octávio Costa

UM PÉSSIMO EXEMPLO

Há algo de estranho ocorrendo no movimento sindical brasileiro. De repente, os responsáveis por greves e ameaças de paralisação de algumas categorias profissionais passaram a se comportar como os jovens anarquistas das manifestações de junho do ano passado. Não bastassem os prejuízos que a suspensão de determinados serviços provoca, os ativistas concluíram que também é preciso chamar a atenção de toda a população, com os métodos de fazer inveja aos black blocs. Trata-se de uma nova estratégia que vai muito além dos tradicionais piquetes. Se as negociações com os empresários ou com o Estado não avançam, adota-se a arma mais radical do momento, que é a de infernizar a vida da maioria da população.

É possível entender que comunidades desassistidas, na periferia de São Paulo ou nos morros do Rio de Janeiro, fechem vias públicas e queimem pneus para chamar a atenção da opinião pública sobre seus problemas ou sobre a violência da polícia. Mas nada justifica que motoristas de ônibus, durante greves de 24 horas, depredem mais de 700 veículos e ameacem com igual violência os que insistem em trabalhar. Mais grave ainda é o abandono de ônibus sem as chaves na ignição em cruzamentos vitais das cidades, com o objetivo de impedir a circulação de automóveis. Fica evidente que esse tipo de ação vai muito além da justa reivindicação por reajustes salariais ou melhores condições de trabalho.

Longe de buscar o apoio da sociedade, a intenção é provocar a revolta dos usuários. Acredita-se que do caos nascerá o acordo. No caso dos ônibus, o radicalismo foi atribuído a grupos de oposição que não concordaram com acordos coletivos fechados pela direção dos sindicatos. Apesar de minoritários nas assembleias, eles têm o domínio de garagem importantes e partiram para o confronto com agressividade incomum. Se as ações dos motoristas espanta, o que dizer, então, das iniciativas do sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, do Rio de Janeiro, o Sepe? Na quinta-feira passada, os professores que protestavam em frente ao Palácio Guanabara, não satisfeitos em fechar o trânsito local, decidiram bloquear a entrada doTúnel Santa Barbara, que liga a Zona Sul ao Centro, em pleno horário do rush. O resultado foi um colossal engarrafamento.

Ontem, o mesmo Sepe reuniu cerca de 300 manifestantes na portas do hotel no Galeão onde os jogadores da seleção brasileira se apresentaram. Em meio às palavras de ordem, o ônibus da delegação foi atacado. "A nossa manifestação não é contra seleção, mas estamos aqui para chamar a atenção pelas nossas péssimas condições de trabalho e a falta de diálogo do governador Luiz Fernando Pezão e do prefeito Eduardo Paes com a categoria", explicou a coordenadora Suzana Gutierrez.

Pelo mesmo motivo, houve protesto dos professores em frente à concentração da Granja Comary, em Teresópolis. Quando cruzam os braços, os profissionais de educação da rede pública acionam um poderoso mecanismo de pressão: deixam sem aula milhares de alunos, para desespero de pais e mães. Porque motivo o Sepe agora resolveu se comportar como as alas mais radicais do sindicalismo e partir para a agitação gratuita? Pelo andar da carruagem, daqui a pouco vamos ver professores quebrando vidraças e virando automóveis. A greve é um direito legítimo, as manifestações são garantidas pela Constituição, mas a estratégia do caos não leva a nada. É um péssimo exemplo.

Correio Braziliense

Greve na Eletrobras

Funcionários do Sistema Eletrobras vão paralisar as atividades por 72 horas a partir de amanhã, numa greve que já foi aprovada pelos sindicatos e que só será revertida caso a empresa sinalize com o pagamento de Participação dos Lucros e Resultados (PLR) aos trabalhadores. Não há ameaça de apagão.

Emanuel Mendes Torres, diretor do sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro (Sintergia) e membro do Coletivo Nacional Eletrobras (CNE), estimou em 90% a adesão dos 21 mil trabalhadores da Eletrobras em todo o país. "A greve não deve provocar falta de energia, mas o trabalho será mais demorado caso haja alguma ocorrência, porque o efetivo será menor, com técnicos dobrando o turno", alertou.

O sindicalista explicou que a decisão de paralisar as atividades foi motivada pela distribuição de quase R$ 900 milhões em dividendos aos acionistas. "Os trabalhadores fizeram sua parte, aumentaram o resultado operacional mesmo após as 5 mil demissões incentivadas, portanto têm direito ao PLR", argumentou. A greve também pretende alertar para a necessidade de o governo aportar mais recursos na companhia, acrescentou Torres. Procurada, a Eletrobras não respondeu até o fechamento desta edição.

O Estado de S.Paulo

O medo do novo

Sérgio Amad Costa\* - O Estado de S.Paulo

Quando se fala em flexibilizar nossa legislação trabalhista, escuta-se dos opositores a essa ideia que haverá, caso isso ocorra, a perda de uma série de conquistas históricas em termos de direitos dos empregados. Do ponto de vista deles, parece que sempre o empregador visa a piorar as condições de vida e de trabalho de seus profissionais. Mas a História recente do País nos mostra que as coisas não são bem assim.

Existe hoje livre negociação salarial e ela tem gerado ganhos para os empregados. No nosso passado não havia livre negociação salarial, as perdas na remuneração dos profissionais eram grandes e, mesmo assim, lideranças sindicais bradavam pela manutenção do modelo engessado, indexado e tutelado pelo poder estatal.

Durante a década de 1980 a política salarial no Brasil mudou 11 vezes, todas com valores indexados. Tratava-se apenas de paliativos, uma espécie de ópio para disfarçar o desastre econômico por que passávamos. Por um lado, aumentavam-se preços, salários, déficit público, especulação financeira e, por outro, reduziam-se serviços e produção. Tudo isso consubstanciado em pacotes perfeitamente indexados, como determina a fórmula da falência econômica de um país.

Ingressamos nos anos 90 arrasados economicamente e surgiram bruscas mudanças. Com elas, a livre negociação salarial. Na época o que se ouvia, principalmente de vários sindicalistas, era que a ausência da indexação faria com que os salários fossem aviltados em muitas categorias profissionais. A resistência à livre negociação, para muitos, se dava pelo medo do novo.

Hoje a livre negociação salarial já faz parte da nossa cultura e os números dela resultantes demonstram que ela não está aí para aviltar os salários. De 2004 para cá, a maioria dos reajustes salariais, de diversas categorias de profissionais, obteve ganhos reais.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), por exemplo, ao analisar os resultados das negociações coletivas de 671 unidades de negociação de indústria, comércio e serviços em todo o território nacional constatou que, em 2013, 86,9% das unidades de negociação pesquisadas conquistaram reajustes com aumento real dos salários, 6,9% obtiveram valor igual à inflação e 6,3% tiveram reajustes insuficientes para recompor o valor dos salários. Agora, no primeiro trimestre do ano, das 140 convenções coletivas registradas no Ministério do Trabalho, 96,5% apresentaram ganho real nos salários.

Se olharmos do ângulo das empresas, à luz da baixa produtividade e com a economia nada promissora, muitos desses reajustes salariais, acima da inflação, nem fazem sentido. Mas eles ocorrem porque há negociação. Então, por que há tanta resistência a flexibilizar a nossa legislação trabalhista? Uma explicação lógica é que novamente se faz presente aqui, na nossa cultura, o medo do novo. Trata-se daquele mesmo receio, que estava instalado na nossa sociedade nos anos 80 e no primeiro lustro da década de 90, de mudar as coisas nas relações do trabalho, de partir para outro caminho. Só que naquela época o temor se dava quanto à livre negociação salarial.

Por mais que seja demonstrado que a nossa CLT está caduca, que as nossas formas de "negociar" direitos e deveres dos empregados e empregadores são engessadas, que os nossos modelos de contratação de trabalho precisam ser atualizados, que urge acompanhar as mudanças laboristas que estão ocorrendo no mundo todo, nós estamos paralisados. Absolutamente nada tem sido feito, em termos trabalhistas, para seguir a evolução do que acontece nos outros países.

Longe de ser ingênuo. Sabe-se que muitos dos que se opõem às mudanças necessárias no campo do trabalho são populistas ou acomodados. Mas há aqueles, e não são poucos, que resistem, insisto, por temerem o novo. Mas medo a gente supera. Principalmente quando se aprende que um modelo mais negocial, flexível, não é para tirar ou dar, mas, sim, para se adequar ao contexto trabalhista mundial.

\* Professor de recursos humanos e relações trabalhistas da FGV-SP

Agência Brasil

IBGE inicia greve por valorização dos servidores e "democracia" na gestão

Isabela Vieira - Repórter da Agência Brasil

Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começam hoje (26) uma greve em defesa de democracia interna e valorização do corpo funcional. A paralisação coincidirá com a divulgação dos resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro semestre de 2014, previstos para serem apresentados sexta-feira (30), no Rio de Janeiro.

De acordo com uma das diretoras da Associação de Servidores do IBGE, Ana Magni, a categoria reivindica aumento do orçamento do órgão, para atender às metas de planejamento, a contratação de 4 mil servidores e equiparação salarial a funcionários de outros órgãos, como o Banco Central e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

“Temos milhares de vagas que precisam ser recompostas, aposentadorias crescentes, trabalho precário e temporário na ponta, que precisamos substituir, além de recomposição de salários condizentes com outros órgãos do Ministério do Planejamento”, disse ela.

Os servidores também cobram participação nas decisões de gestão e democracia interna. “Reivindicamos participar das decisões sobre o futuro da instituição, nos moldes de outros órgão que têm um congresso institucional que pensa, debate e escolhe seus dirigentes”. Segundo Ana, a ideia é escolher gestores que não fiquem “à mercê de intempéries políticas e econômicas”.

Apesar da paralisação, está mantida a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), com dados nacionais sobre o mercado de trabalho. A publicação, que substituirá a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) – e avalia seis regiões metropolitanas-, chegou a ser cancelada pelo órgão e depois retomada. “Juntamente com a sociedade, conseguimos manter essa publicação. A divulgação desses dados é uma questão de honra”, disse a diretora.

Sobre a divulgação do PIB, Ana Magni disse que não é possível prever o impacto sobre a publicação, que está em estágio avançado. “Não sabemos ainda a intensidade e o ritmo da greve”, .

Devem paralisar as atividades funcionários de Alagoas, do Amapá, Amazonas, Distrito Federal, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul, de São Paulo, Santa Catarina e unidades do Rio de Janeiro. Novas assembleias estão previstas ao longo desta semana.

Procurado pela Agência Brasil na última sexta-feira (23), o IBGE, que tem 5,7 mil funcionários em todo o país, disse que só comentaria a paralisação nesta segunda-feira.

## QUESTÃO INDÍGENA/QUILOMBOLAS

Correio Braziliense

Semana de cobranças em Brasília

Cerca de 500 lideranças indígenas de todo o país estão em Brasília para uma semana de ações e protestos. Hoje, o grupo deve ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, amanhã, participar de audiência pública na Câmara dos Deputados. Uma das reivindicações é a derrubada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que passa ao Congresso o poder de demarcação de terras indígenas. Em abril do ano passado, os índios invadiram o plenário da Câmara e barraram a instalação da comissão especial que tratava do projeto, mas o texto voltou a tramitar. Também está na mira dos protestos a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que estabelece diretrizes para as demarcações.

No STF, o grupo vai protocolar uma queixa-crime contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS). Os indígenas já haviam protocolado, em fevereiro, uma representação contra os parlamentares pelos crimes de preconceito racial e incitação pública de crime. Em novembro de 2013, os deputados criticaram os indígenas, e Heinze chegou a classificar quilombolas, índios, gays e lésbicas como "tudo o que não presta". O deputado, no entanto, afirma que o julgaram erroneamente. "Não é o índio, o quilombola: é o comando desses movimentos que dá viés ideológico à questão. Pinçaram somente 18 segundos de uma fala de 20 minutos", rebate Heinze.

Para Lindomar Terena, integrante da Articulação dos Povos indígenas do Brasil (Apib), o governo age contra os interesses dos índios. "Hoje, tentam usurpar o direito dos povos indígenas e da natureza. Isso vai repercutir para todo mundo. Depois, começam a retirar os direitos de outros grupos, e a sociedade não discute nada", disse Lindomar, em carta-denúncia no Fórum Internacional dos Povos indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

## COPA DO MUNDO

Folha de S.Paulo

Ideli Salvatti :: O legado da Copa para a infância

Grandes movimentações de pessoas nunca foi motivo de pânico. Vamos aproveitar a Copa, mas sem descuidar das crianças e adolescentes

O Brasil promove todos os anos inúmeras atividades que reúnem mais pessoas do que a Copa do Mundo. O Carnaval deste ano, por exemplo, promoveu a movimentação de 6,6 milhões de turistas, nacionais e estrangeiros, enquanto para o Mundial são esperados cerca de 3,1 milhões de turistas brasileiros e 600 mil estrangeiros.

Ao contrário da Copa, as festas juninas, o Festival de Parintins, Círio de Nazaré, a Marcha para Jesus, o Réveillon no Rio, a Parada LGBT de São Paulo, entre tantas outras manifestações culturais e religiosas, ocorrem todos os anos.

Essa enorme movimentação de pessoas nas diversas regiões do nosso país nunca foi motivo de desespero ou pânico, como muitos vêm tentando disseminar nas últimas semanas. A Copa do Mundo não é um problema para nós, e sim uma grande oportunidade.

É evidente que o governo vem tomando uma série de precauções para que tudo dê certo. Entre elas, temos dado prioridade absoluta às medidas de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, conforme determina a legislação.

É muito importante ressaltar que diversas ações são realizadas continuamente, como o Disque Direitos Humanos "" Disque 100, que desde 2003 já recebeu mais de 2 milhões de telefonemas. Todas as denúncias foram encaminhadas às autoridades locais competentes. Durante a Copa, o serviço receberá um reforço de 25% de seu efetivo.

Tendo em vista a firme determinação da presidenta Dilma Rousseff de integrarmos os esforços em todos os níveis de governo, a Secretaria de Direitos Humanos articula a realização de plantões integrados nos dias dos jogos. Com equipes volantes funcionando em todas as cidades-sede, contaremos com esforços conjuntos da vara da infância, conselhos tutelares, delegacias de polícia e os serviços de assistência social do governo federal (Cras e Creas). Atuaremos antes, durante e depois das partidas para garantir a proteção das nossas crianças.

Outras medidas têm sido tomadas como a parceria com as empresas aéreas para que os pilotos esclareçam em mensagens aos passageiros que exploração sexual de crianças e adolescentes é crime com pena de prisão ou deportação. Em portos, aeroportos e rodoviárias serão afixados cartazes com essa informação.

Algumas medidas adotadas para o Mundial deste ano ficarão como legado para os próximos grandes eventos realizados no país, sejam eles extemporâneos ou não. Um deles é o aplicativo Proteja Brasil, com o qual o cidadão tem gratuitamente um sistema de georreferenciamento que indica as estruturas de proteção dos direitos da criança mais próximos, como Juizado da Infância e juventude, Ministério Público, conselho tutelar e delegacia de polícia.

No marco legislativo, recentemente tivemos a sanção da lei que torna hediondo o crime de exploração sexual contra crianças e adolescentes e a aprovação na Câmara dos Deputados da lei que proíbe castigos físicos e degradantes contra crianças.

Em parceria com o Ministério da Justiça, assinamos portaria que proíbe a entrada no país de pessoas que constem de bases de dados internacionais sobre pessoas condenadas ou envolvidas em crimes de pornografia e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Outra medida que merece ser lembrada, pois passou despercebida pela imprensa, é a equipagem dos conselhos tutelares. Desde o ano passado, 1.117 unidades receberam automóveis, computadores, impressoras, geladeiras e bebedouros. Até o final do ano, serão 1.855 conselhos equipados e 45 mil conselheiros capacitados.

Tudo isso ficará como legado da Copa do Mundo para o Brasil. Toda essa estrutura estará à disposição do país para a proteção dos direitos dos brasileirinhos e brasileirinhas. Por isso, durante a Copa, iremos celebrar e aproveitar as oportunidades. Mas sem desviar o olhar dos abusos contra nossas crianças e adolescentes.

IDELI SALVATTI, 62, é ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Correio Braziliense

Desânimo no país do futebol

A menos de três semanas do início do Mundial, desinteresse dos brasileiros em relação ao evento chama a atenção dos especialistas. Belo Horizonte, Vitória e o interior de São Paulo reúnem a maior parte dos insatisfeitos

NAIRA TRINDADE/AMANDA ALMEIDA

A sensação de revolta e de insatisfação começa a superar uma paixão nacional. Num movimento quase inédito, o brasileiro está deixando o amor pelo futebol de lado para lutar por conquistas sociais. Nas rodas de amigos, a discussão futebolística tem dado espaço aos debates políticos numa clara mudança de comportamento. Pesquisa revelada pelo Ipsos Media CT — área especializada em mídia e tecnologia— reforça o desinteresse de brasileiros na Copa do Mundo: 32% da população do interior de São Paulo, a região com maior índice de abnegação, não querem saber do evento.

O descontentamento com o campeonato no país segue quase que generalizado. Belo Horizonte e Vitória aparecem em seguida, com 31% de desinteressados, cada uma; Curitiba, com 30%, e São Paulo, com 29%. "Com tantas manifestações acontecendo às vésperas da Copa do Mundo, o brasileiro fica desmotivado com o campeonato", analisou o diretor de contas da Ipsos Media CT, Diego Oliveira. As cidades que demostraram maior interesse no Mundial são Fortaleza e Salvador, com 24%. A capital cearense também foi considerada a cidade que mais acredita na vitória do Brasil nesta Copa com 54%, seguida por Brasília (49%), Salvador (49%) e Goiânia (48%).

Especialistas ouvidos pelo Correio relacionam a rejeição ao Mundial à decepção com promessas descumpridas por políticos anos antes da Copa. "Quando se coloca um estádio de futebol enorme numa cidade onde o sistema de saúde não consegue atender a população e você não tem médico nos hospitais, nasce uma indignação e um sentimento de revolta na população", analisou o presidente da Associação Brasileira de Consultores Políticos, Carlos Manhanelli. "O pessoal está sendo tratado como gado, mas está mostrando que não é bem assim, que não vai aceitar isso", disse o especialista.

"Há sete anos, quando o Lula (ex-presidente) trouxe a Copa para o Brasil, queria transformar o evento num cartão de visita do país para o mundo. Mas quem pagaria por isso? Os custos estão sendo altos e quem paga é o povo", frisou o sociólogo Marcelo Barra, da Universidade de Brasília. Outra pesquisa também divulgada neste mês demostra que o pessimismo dos brasileiros com o Mundial está ligado à ausência do tão prometido legado. Dados do Instituto QualiBest, coletados entre 17 e 24 de abril, revelam que 67% dos entrevistados concordam que, em vez de deixar um "legado", a Copa deixará um "ônus".

Segundo o cientista político Leonardo Barreto, a competição aqui está muito mais politizada do que na África do Sul, em 2010, ou na Alemanha, em 2006. "Não me lembro de presenciar problemas tão profundos em outros locais. E essa politização não é partidária, é espontânea, não é claramente organizada por organizações sociais de candidatos. São manifestações associadas à insatisfação com o dito legado mais prometido que entregue. E por mais que tenham sido entregues obras, há o questionamento se seriam prioritárias."

Redes sociais

Ferramentas importantes na mobilização de manifestantes para as ruas, as redes sociais ajudaram a fortalecer os movimentos contrários ao Mundial. Num simples clique, pessoas com ideologias afins se encontram e combinam protestos. As manifestações de junho do ano passado ganharam força após a maciça divulgação nos sites de relacionamento. "É uma ferramenta que acaba convocando adeptos, agrupando para uma participação social nas ruas. Costumo dizer que a internet serve para encontrar as pessoas que estão pensando como você. A televisão vende, mas a internet você compra. Você entra para procurar o que você quer, uma ferramenta de busca", explicou.

Nessa unificação, uma onda contrária se unificou na hashtag #nãovaitercopa. Só ontem, o comando recebeu 1,5 mil citações: 478 tuítes originados, 883 retuítes e 139 mensagens postadas. No auge das postagens, por volta da meia-noite a citação contra a Copa apareceu 206 vezes. O número é maior que a campanha #vaitercopa, criada por otimistas para reforçar que a realização do evento mesmo com pouca torcida. Às 7h de ontem, pico das mensagens, foram registradas 192 postagens positivas naquela hora.

Paralelamente à discussão se vai ou não ter o Mundial, críticas às declarações do ex-jogador Ronaldo Fenômeno — que se considerou envergonhado com os atrasos nas obras da Copa — superaram as postagens. Das 7h às 9h de ontem, foram disparados 1,2 mil posts #tenhovergonhadoronaldo. Em uma só hora, foram registradas 398 mensagens no Twitter.

O Estado de S.Paulo

Segurança da Copa do Mundo contará com 157 mil homens

Agentes da polícia e das Forças Armadas terão as manifestações como maior preocupação durante o Mundial

BRASÍLIA - O Brasil terá 157 mil homens, entre integrantes das Forças Armadas e policiais, para fazer o trabalho de segurança durante a Copa do Mundo. A maior preocupação das autoridades brasileiras são os protestos que certamente vão acontecer nas 12 cidades que receberão jogos do Mundial - e provavelmente também em algumas que não terão partidas do torneio.

Dos 157 mil agentes de segurança que vão trabalhar na Copa, serão 57 mil integrantes das Forças Armadas - 35 mil homens do Exército, 13 mil da Marinha e nove mil da Aeronáutica, ao custo de R$ 709 milhões para o Ministério da Defesa. A informação foi dada na sexta-feira pelo ministro responsável pela pasta, Celso Amorim. Ele considera que as tropas estão preparadas para encarar o desafio de garantir a realização de um Mundial com segurança.

"Nossas tropas estão absolutamente treinadas e equipadas para o ambiente específico da Copa", afirmou Amorim, que revelou que 21 mil dos 57 mil homens das Forças Armadas estarão em estado de alerta para as situações que exijam resposta imediata. Ele acredita que falta de experiência não será um problema no Mundial. "Tivemos observadores militares atuando em eventos internacionais como a Copa de 2010, na África do Sul, e a Olimpíada de Londres, em 2012."

Os militares estarão espalhados pelas 12 cidades-sede do Mundial e também por algumas cidades que vão receber seleções para treinamento, como Vitória, Aracaju e Maceió. O plano de segurança para a competição se baseia em dez pontos principais, entre eles controle do espaço aéreo, defesa de áreas marítimas e fluviais e de estruturas estratégicas, inteligência, prevenção e combate ao terrorismo e defesa química.

PROTESTOS

Uma das funções mais importantes das Forças Armadas na Copa será ajudar a polícia a proteger as fronteiras do Brasil, mas a maior preocupação das autoridades estará bem perto do centro dos acontecimentos futebolísticos. Protestos são esperados em todas as cidades envolvidas no Mundial, especialmente nos dias de jogos. Ainda assim, o governo tenta passar uma mensagem tranquilizadora. José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, disse não acreditar que as manifestações serão tão grandes quanto as ocorridas em junho do ano passado, durante a disputa da Copa das Confederações.

"A nossa sensação é que os protestos terão uma dimensão menor do que os de junho do ano passado", opinou o ministro. "Agora, falando sinceramente, nós estamos preparados para qualquer situação."

Na Copa das Confederações, que contou com o trabalho de 19,4 mil integrantes das Forças Armadas, os protestos assustaram as seleções participantes e os dirigentes da Fifa. Alguns convidados da entidade chegaram a desistir de ir a um jogo em Salvador por medo de serem agredidos por manifestantes.

## OUTROS ASSUNTOS

Brasil Econômico

Agricultura orgânica brasileira cresce forte

Com US$ 130 milhões exportados, setor quer aumentar participação no mercado interno

Aline Salgado

Amplamente difundida nos Estados Unidos e na Europa, a produção de orgânicos pelo Brasil vêm crescendo a passos largos, impulsionado especialmente pelo mercado externo. O setor, que atingiu faturamento de US$ 130 milhões em 2013 — um crescimento de 25% em três anos —, já conta com 10.064 unidades voltadas para a produção sustentável de alimentos, cosméticos e tecidos—alta de 22% em apenas um ano —, segundo dados da Organics Brasil, programa ligado à Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e do Ministério da Agricultura (Mapa). Para fomentar o segmento, a estratégia do governo agora é apostar na conscientização do consumidor nacional.

Pensando nisso, as associações de agroecologistas, junto com o Mapa, promovem até semana que vem feiras de negócios e seminários sobre a cultura dos orgânicos em várias cidades do país. "A campanha visa divulgar os pontos de venda de orgânicos e também trazer orientações de como o consumidor pode identificar um produto orgânico e como fazer para controlar a sua qualidade", explica Rogério Dias, coordenador de agroecologia do Mapa. Décimo país em área certificada para a produção de orgânicos, o Brasil tem condições de ocupar o lugar da Austrália no mercado global.

É o que aponta o coordenador executivo do Organics Brasil, Ming Liu. Para ele, a agroecologia no país tem espaço para crescer se houver investimentos para o aumento da demanda interna. "Com iniciativas como o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que destina parte da produção da agricultura familiar para a merenda escolar, e o PAA (Plano para a Agricultura Familiar), o país tem conseguido estimular a criação de demanda, importante ao crescimento", diz. Segundo Dias, do Mapa, está em estudo a criação de um Plano Plurianual dos orgânicos.

Nos mesmos moldes do Plano Nacional de agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o projeto prevê dirigir recursos programados para as áreas de insumo, tecnologia, educação e crédito ao setor. A meta do governo é, até o fim de 2015, expandirem 28 mil o número de unidades agroecológicas.

O Estado de S.Paulo

Estado promove seminário sobre resíduos sólidos nesta quarta-feira

Evento, em parceria com a Federação do Comércio de São Paulo, terá a participação do prefeito Fernando Haddad

O 'Estado' e a Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio) promovem nesta quarta-feira, 28, a partir das 9 horas, o seminário "Soluções para o lixo: você, sua empresa e sua cidade estão preparados para cumprir a nova lei de resíduos sólidos?".

O seminário terá a presença do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Ainda participam Ricardo Gandour, diretor de Conteúdo do Grupo Estado; Lauro Moretto, vice-presidente executivo do Sindusfarma; Ezio Antunes, diretor executivo do Jogue Limpo; Tatiana Barreto, promotora de Justiça; e José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da Fecomércio.

O evento será realizado no auditório da Fecomércio (Rua Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista, São Paulo). As vagas são limitadas. Inscrições e informações no site: www.fecomercio.com.br.